



## **Câmara Municipal de Irupi**

### **NOTA EXPLICATIVA**

No tocante ao questionamento objeto do termo de notificação 00742/2025-1, datado de 19/05/2025, esclarecemos que os cálculos apresentados na “METODOLOGIA DE CÁLCULO” dos anteprojetos que culminaram nas Leis de nº 1.133/2024 e 1.139/2024, tratam-se de valores **MENSAIS**.

Irupi-ES. 20 de maio de 2025.

**Jose Carlos Nunes Moreno**  
**PRESIDENTE DA CMI**

**LEI Nº 1.118, DE 01 DE ABRIL DE 2024**

**CONCEDE REAJUSTE NOS  
VENCIMENTOS DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO  
PODER LEGISLATIVO DO  
MUNICÍPIO DE IRUPI,  
ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de reajuste nos vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Irupi, Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** O percentual de reajuste será de 11,0491% (onze inteiros e quatrocentos e noventa e um décimos de milésimo por cento) sobre os respectivos vencimentos.

**Parágrafo único.** O reajuste previsto no caput deste artigo modificará os [anexos I](#) e [III- A da Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 2022](#).

**Art. 3º** As despesas oriundas do cumprimento da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de acordo com o orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor no dia 1º de abril de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, aos vinte e um do mês de março de dois mil e vinte e quatro (21/03/2024).

**EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA  
PREFEITO DE IRUPI/ES**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Irupi.

**LEI Nº 1.133, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024**

**"FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRUPI EM OBEDIÊNCIA AO ART. 56, INCISO III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PARA O QUADRIÊNIO DE 2025/2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal aprovado, para efeitos formais, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica fixado em R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) o subsídio dos Vereadores do Município de Irupi.

**Art. 2º** Fica fixado em R\$ 9.000,00 (sete mil e quinhentos reais) o subsídio do vereador investido no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Irupi, nos termos do caput do [art. 34](#) da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 3º** O Vereador que não comparecer a sessão ordinária ou que comparecendo não participe da Ordem do Dia, terá obrigatoriamente o valor de um dia de serviço, descontado de seus subsídios, não lhe cabendo o abono de falta, salvo se estiver ausente, participando de Comissão Externa a serviço do Poder Legislativo Municipal mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal de Irupi.

**Art. 4º** Os subsídios de que tratam os Artigos 1º e 2º desta Lei, serão reajustados anualmente sempre na mesma data e sem distinção dos índices atribuídos a Data Base dos servidores municipais, nos termos da Lei em vigor, especificamente o Inciso X do Artigo 37 e § 4º do Artigo 39 da Constituição Federal, Combinado Com [Art. 34 § 2º](#) da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 5º** Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou reduções no valor dos subsídios fixados no artigo 1º e 2º desta Lei sempre que o total das despesas com folha de pagamento, incluindo o gasto com subsídios dos vereadores, atingir os limites estabelecidos pela Lei em vigor, especificamente a Emenda Constitucional nº 25, publicada no DOU em 15/02/2000.

**Art. 6º** Os recursos necessários à execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignadas no orçamento da Câmara Municipal de Irupi.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando seus efeitos financeiros a partir do dia 01 de janeiro do ano de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo.

**JOSÉ TEODORO DE ALMEIDA**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Irupi.



## **Câmara Municipal de Irupi**

### ***METODOLOGIA DE CÁLCULOS DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO***

A metodologia de cálculo de impacto financeiro para subsídios de vereadores envolve a previsão e análise dos custos decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, como a fixação dos subsídios, dentro do orçamento da Câmara Municipal. Essa metodologia visa garantir que os gastos com folha de pagamento, incluindo o subsídio dos vereadores, não ultrapassem os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é 70% da receita transferida à Câmara Municipal, o chamado duodécimo.

#### **1. Determinação do valor do subsídio:**

O valor do subsídio do vereador, que é fixado por projeto de lei, proposto pelo Legislativo Municipal nos termos da lei, observará a perda inflacionária ocorrida nos exercícios anteriores, destacando ainda, as determinações da Lei Complementar 173/2020, que impediu acréscimos em folha no período de sua vigência.

Segue abaixo o cálculo:

Evolução do IPCA (2016-2023):

- **2016:** 6,29%
- **2017:** 2,95%
- **2018:** 3,75%
- **2019:** 4,31%
- **2020:** 4,52%
- **2021:** 10,06%
- **2022:** 5,79%
- **2023:** 4,62%
- **Total = 42,29%**

Sugere a fixação do subsídio dos vereadores com aumento real de até 42,29%, seguindo como parâmetro a perda inflacionária.

#### **2. Cálculo do impacto anual:**



## **Câmara Municipal de Irupi**

O impacto financeiro foi calculado multiplicando o valor do subsídio pelo número de vereadores e, em seguida, multiplicando pelo número de meses no ano.

### **3. Verificação dos limites da LRF:**

A LRF estabelece que os gastos com folha de pagamento, incluindo o subsídio dos vereadores, não podem exceder 70% da receita transferida à Câmara Municipal (duodécimo).

### **5. Elaboração do relatório de impacto:**

O relatório de impacto orçamentário-financeiro demonstra a análise e as conclusões sobre o impacto financeiro da fixação do subsídio, destacando se o impacto era positivo ou negativo, e se a proposta estava dentro dos limites da LRF.

Elementos importantes:

- **Limite de gastos com folha de pagamento:**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para os gastos com folha de pagamento, no entanto, o subsídio dos vereadores não podendo ultrapassar os limites legais.

- **Disponibilidade de recursos:**

A Câmara Municipal verificou ter recursos financeiros disponíveis para cobrir os custos com os subsídios dos vereadores, garantindo a sustentabilidade financeira do órgão.

- **Cálculo preciso:**

O cálculo do impacto financeiro foi preciso, com o intuito de evitar erros que possam gerar desequilíbrios financeiros, conforme já demonstrado.

- **Relatório detalhado:**

O relatório de impacto orçamentário-financeiro foi elaborado com detalhes e informações claras, permitindo uma análise completa e transparente da situação financeira da Câmara Municipal.

Seguindo esses passos, foi possível calcular o impacto financeiro para subsídios de vereadores de forma precisa e responsável, garantindo que os gastos estejam dentro dos limites estabelecidos pela LRF.



**Câmara Municipal de Irupi**

**IMPACTO FINANCEIRO DO ANTEPROJETO PARA FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO  
DOS VEREADORES PARA 2025/2027.**

<i>SUBSÍDIO EM</i> 2024	<i>PERCENTUAL</i>	<i>VALOR</i> <i>R\$(UNIT.)</i>	<i>SUBSÍDIO EM</i> 2025
R\$ 5.261,65 X 9.20	42,541	R\$ 2.238,35	R\$ 7.500,00
		<b>VALOR R\$ (TOTAL)</b>	
R\$48.407,18	42.541 – IMPACTO	<b><u>R\$ 20.292,82</u></b>	R\$ 69.000,00
<b><u>IMPACTO FINANC. NA FOLHA DOS VEREADORES</u></b>			<b><u>- R\$ 20.292,82</u></b>

**REPASSE E LIMITES PERMITIDOS PELA LRF**

<i>DUODÉCIMO 2024</i>	<i>LIMITE COM FOLHA 70%</i>
R\$ 250.780,00 X 70%	R\$ 175.546,00
<i>AUMENTO DE 20,026% DA RECEITA DE 2024 PARA 2025</i>	

**REPASSE EM 2025**

<i>DUODÉCIMO 2025</i>	<i>LIMITE COM FOLHA 70%</i>
R\$ 301.000,00 X 70%	R\$ 210.700,00

Irupi-ES, 14 de junho de 2024

ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA

Assessor de Planejamento Financeiro e Contábil

**LEI Nº 1.139, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA  
LEI Nº 1.034/22 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O [Art. 27](#) da Lei 1034/2022 passa a Vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 27** O Servidor efetivo da Câmara Municipal de Irupi ocupante de Cargo Comissionado poderá optar por perceber seus vencimentos na forma do anexo II desta lei OU conforme segue:

*I - Cargos em Comissão Referência CC I: perceberá seus vencimentos de carreira, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do subsídio fixado e atualizado para os vereadores da Câmara Municipal de Irupi.*

*II - Cargos em Comissão Referência CC II: perceberá seus vencimentos de carreira, acrescidos de 40% (quarenta por cento) do subsídio fixado e atualizado para os vereadores da Câmara Municipal de Irupi.*

*III - Cargos em Comissão Referência CC III: perceberá seus vencimentos de carreira, acrescidos de 30% (trinta por cento) do subsídio fixado e atualizado para os vereadores da Câmara Municipal de Irupi."*

**Art. 2º** O [Art. 29](#) da Lei 1034/2022 passa a Vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 29** Os cargos em Comissão da Câmara Municipal de Irupi e suas remunerações correspondentes, são os relacionados no anexo II desta Lei e estão distribuídos da seguinte forma:

*I – Cargos em Comissão de Nível Superior:*

- a) 1 (um) cargo de Assessor Jurídico, referência CC-I;*
- b) 1(um) cargo de Auditor Público Interno referência CC- I;*
- c) 1 (um) cargo de Assessor de Planejamento e Financeiro Contábil, referência CC-I;*
- d) 1 (um) cargo de Tesoureiro, referência CC I;*
- e) 1 (um) Gestor de Tecnologia da Informação referência CCI.*

*II – Cargos em Comissão de Nível de Nível Médio:*

- a) 1 (um) cargo de Gestor de Bens e Documentos referência CC – II;*
- b) 1 (um) Chefe de Ouvidoria, referência CC-III."*

**Art. 3º** O [Art. 28](#) da Lei 1034/2022 passa a Vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 28** Os valores fixados no Art. 27 desta Lei serão reajustados na mesma data e no mesmo índice dos reajustes dos servidores Públicos Municipal de Irupi."



**Art. 4º** O [anexo II](#) da Lei 1.034/2022 passa a Vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO II**  
**CARGOS EM COMISSÃO**

<i>CARGO</i>	<i>QUANT.</i>	<i>REFERÊNCIA</i>	<i>VENCIMENTO</i>
<i>Assessor Jurídico</i>	<i>01</i>	<i>CC-I</i>	<i>100% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Controlador Interno</i>	<i>01</i>	<i>CC-I</i>	<i>100% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Assessor de Planejamento Financeiros Contábil</i>	<i>01</i>	<i>CC-I</i>	<i>100% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Tesoureiro</i>	<i>01</i>	<i>CC-I</i>	<i>100% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Gestor de TI (Tecnologia de Informação)</i>	<i>01</i>	<i>CC-I</i>	<i>100% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Gestor de Bens e Documentos</i>	<i>01</i>	<i>CC-II</i>	<i>70% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>
<i>Ouvidor</i>	<i>01</i>	<i>CC-III</i>	<i>50% do valor fixado e atualizado no subsídio do vereador</i>

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Irupi, Estado do Espírito Santo, aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro (12/12/2024).

**EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO DE IRUPI/ES**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Irupi.



## **Câmara Municipal de Irupi**

### ***METODOLOGIA DE CÁLCULOS DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO***

A metodologia de cálculo para atualização dos valores pagos aos servidores ocupantes de cargos comissionados regulamentados pela Lei 1.034/2022, que são vinculados aos valores fixados na Lei nº 1.133/2024 FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRUPI EM OBEDIÊNCIA AO ART. 56, INCISO III DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PARA O QUADRIÊNIO DE 2025/2028 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, envolve a previsão e análise dos custos decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, como a fixação dos cargos comissionados, dentro do orçamento da Câmara Municipal.

Essa metodologia visa garantir que os gastos com folha de pagamento, incluindo o subsídio dos vereadores, não ultrapassem os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é 70% da receita transferida à Câmara Municipal.

Considerando que compete à Câmara Municipal fixar os subsídios dos vereadores, do Prefeito e dos secretários Municipais, o que já foi feito, deve também o Legislativo Municipal providenciar os meios adequados para a atualização dos valores pagos aos seus servidores.

Deste modo apresento o impacto financeiro, para que seja analisado e apreciado pelo rito ordinário de praxe deste Poder legislativo e ao final, rogo, seja tomada as medidas cabíveis.

#### **1. Determinação do valor:**

Os valores pagos aos servidores ocupantes de cargos comissionados tem como parâmetro o valor do subsídio do vereador, que é fixado por projeto de lei, proposto pelo Legislativo Municipal nos termos da lei, obediente ao art. 27 e ss a Lei 1.034/2022.

#### **2. Cálculo do impacto anual:**



## **Câmara Municipal de Irupi**

O impacto financeiro foi calculado multiplicando o valor do cargo comissionado pelo número de servidores extraíndo seus respectivos percentuais e, em seguida, multiplicando pelo número de meses no ano.

### **3. Verificação dos limites da LRF:**

A LRF estabelece que os gastos com folha de pagamento, não podem exceder 70% da receita transferida à Câmara Municipal.

### **4. Elaboração do relatório de impacto:**

O relatório de impacto orçamentário-financeiro demonstra a análise e as conclusões, demonstrando se o impacto era positivo ou negativo, e se a proposta estava dentro dos limites da LRF.

Elementos importantes:

- **Limite de gastos com folha de pagamento:**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para os gastos com folha de pagamento. Apurado os valores, notou-se que não ultrapassa os limites legais.

- **Disponibilidade de recursos:**

A Câmara Municipal dispõe de recursos financeiros disponíveis para cobrir os custos com os servidores em caros comissionados, garantindo a sustentabilidade financeira do órgão.

- **Cálculo preciso:**

O cálculo do impacto financeiro foi preciso, com o intuito de evitar erros que possam gerar desequilíbrios financeiros, conforme já demonstrado.

- **Relatório detalhado:**

O relatório de impacto orçamentário-financeiro foi elaborado com detalhes e informações claras, permitindo uma análise completa e transparente da situação financeira da Câmara Municipal.



## **Câmara Municipal de Irupi**

Neste liame, foi possível calcular o impacto financeiro para os cargos comissionados de forma precisa, garantindo que os gastos estejam dentro dos limites estabelecidos pela LRF.

***IMPACTO FINANCEIRO DO ANTEPROJETO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS  
VALORES PAGOS AOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO  
PARA 2025/2027.***

VALORES 2024		IMPACTO	VALORES 2025	
TOTAL	R\$ 14.206,78	R\$ 6.043,22	TOTAL	R\$ 20.250,00
<b><u>IMPACTO NA FOLHA</u></b>		<b><u>42,541%</u></b>	<b><u>R\$ 6.043,22</u></b>	

OBS: Atualização de valores nos exercícios posteriores dependerá da revisão geral anual e outros.

IRUPI-ES, 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Roberto Oliveira da Silva  
Assessor de Planejamento Financeiro e Contábil